

## **PARA ALÉM DE TORDESILHAS: DINÂMICA TERRITORIAL SETENTRIONAL LITORÂNEA DO BRASIL COLONIAL**

Emmanuel Raimundo Costa Santos  
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP  
emmanuelrcsantos@gmail.com

### **RESUMO:**

Por mais de um século, a extremidade setentrional do território colonial português no continente americano delineado pelo Meridiano de Tordesilhas (1494) não recebeu maiores atenção da Coroa Portuguesa enquanto uma colonização mais efetiva, ficando a mercê dos interesses de outras nações europeias que não foram contempladas com a divisão do Mundo feita entre os espanhóis e portugueses. Ingleses, holandeses e franceses por todo o século XVI e parte do XVII passaram a circular, explorar e tomar iniciativas de colonizar porções do território colonial setentrional. Essa pesquisa de geografia histórica busca a partir da análise da formação territorial colonial norte do Brasil, em particular de sua faixa litorânea, compreender a dinâmica da ocupação, surgimento de cidades e vilas e a expansão da fronteira para as terras do Cabo Norte.

**Palavras-chave:** Formação Territorial – Fortificações – Vilas do Cabo Norte

**GT – 8:** Geografia Histórica Urbana

## 1 INTRODUÇÃO

A Professora Bertha Becker em um de seus artigos levanta a questão do Tratado de Tordesilhas (1494)<sup>1</sup> e a tensão da fronteira nas origens do Brasil. Diz que esse tratado consagrou o novo significado atribuído pelo contexto histórico às categorias de fronteira e limite, do qual decorre da mudança social constituída pela substituição da ordem econômica feudal pelo capitalismo em sua feição mercantilista.

O Tratado de Tordesilhas tem em sua compreensão um mecanismo de ocupação das terras desde a antiguidade, baseado no poder do mar, a partir do povoamento linear e pontual do litoral e, ainda, quem controla a foz do rio controla a sua bacia. O Brasil é assim o mais legítimo filho de Tordesilhas (BECKER, 1999), o que retrata na configuração de seu território através de seu extenso litoral e intenso povoamento na fachada atlântica. A necessidade de controle da foz do Amazonas e da foz do rio da Prata, afim de, garantir as terras delimitadas pelo referido tratado segundo a cartografia portuguesa, deram a tônica do período de formação territorial brasileiro, em especial nos séculos XVII e XVIII.

Pinzón, o comandante do Niña, terceiro navio da frota de Cristovão Colombo, já navegava pela atual costa norte brasileira no interesse de fazer o reconhecimento das terras espanholas em sentido norte passando pela Linha do Equador e cruzando o meridiano de Tordesilhas. Por esse motivo, foi o primeiro europeu a identificar e denominar alguns acidentes geográficos da faixa norte do litoral brasileiro, como a Ilha do Marajó de as grandes ilhas de *Marinatãbalo*, o rio Amazonas de *Santa María de La Mar Dulce*, o Cabo Orange de *Cabo de San Vicente*, a atual costa do estado do Amapá como *Costas Anegadas* (terras afogadas) e do rio Oiapoque que recebeu o seu próprio nome (REZENDE, 2006).

Apesar de portugueses e espanhóis realizarem viagens exploratórias pelas terras do litoral norte da América do Sul durante o século XVI e início do XVII, no que hoje correspondem ao litoral norte brasileiro e guianense, eles apresentavam grandes dificuldades para o estabelecimento humano em virtude de costas quase desérticas no Ceará, baixios nas proximidades do delta do Amazonas e mangues nas Guianas, e que não lhes revelavam nada que estimulasse a sua ambição. Talvez seja por isso a forma curiosa da Amazônia ser conhecida

---

<sup>1</sup> O Tratado de Tordesilhas (1494) teve um significado geopolítico, definia o *Mare Clausum*, ou seja, o domínio dos espaços terrestres e marítimos descobertos pelas navegações espanholas e portuguesas. *La capitulación de la partición del mar oceano*, dividindo previamente o Novo Mundo em duas partes pelo meridiano situado a 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde. Pertencendo a Espanha e a Portugal as terras que estivessem respectivamente ao Ocidente e a Oriente da linha (BECKER, 1999).

pelos espanhóis pela cabeceira do rio e não por sua enorme desembocadura, entrada natural desse imenso território (BENTES, 2006).

Não demorou muito após a divulgação dos relatos do Frei Gaspar de Carvajal, cronista que acompanhou Orellana em sua expedição pelo rio Amazonas, para que ingleses e holandeses que disputavam o domínio das Américas com os ibéricos voltassem suas atenções à exploração do vale do rio Amazonas, atraídos, principalmente, pelos relatos das riquezas perdidas nessa região.

Passado o tempo dos caçadores de tesouros lendários, pescadores e comerciantes em fins do séc. XVI começaram a obter vantagem econômica nessa vasta e pouco conhecida região, lançando suas primeiras bases de implantações coloniais por meio de levantamentos de benfeitorias e de pequenos fortes (REZENDE, 2006). É nesse período que o monopólio dos ibéricos sobre a América passa a ser cada vez mais contestado e, quando ingleses, irlandeses, holandeses e franceses passam a explorar essas terras, produzindo formas espaciais articuladas à atividade mercantil.

As informações utilizadas para estabelecer as localizações das fortificações na desembocadura do Amazonas representadas nos mapas 02 e 04 foram obtidas, sobretudo, a partir das leituras de obras sobre a ocupação Amazônica durante o período colonial, com destaque para as seguintes: (RIO BRANCO, 2008); (VIANNA, 1905); (CASTRO, 1999); (REZENDE, 2006); (SARNEY; COSTA, 1999); (GADELHA, 2002).

A base metodológica adotada nesse artigo parte de elementos analíticos da teoria geográfica proposta por Milton Santos, que através do jogo das escalas geográficas e através dos sistemas de objetos e sistemas de ações buscarão reconstruir o movimento do marco da fronteira da extremidade norte do Brasil Colônia, desde a abstração da linha de Tordesilhas aos concretos sistemas de defesa, criações de cidades e vilas e de ações políticas e econômicas desenvolvidos pela sociedade colonial, suas formas espaciais e sua dinâmica pelo espaço; configurando o território herdado ao Estado do Brasil independente.

## 2 ESTRANGEIROS EM TERRAS DA COROA IBÉRICA

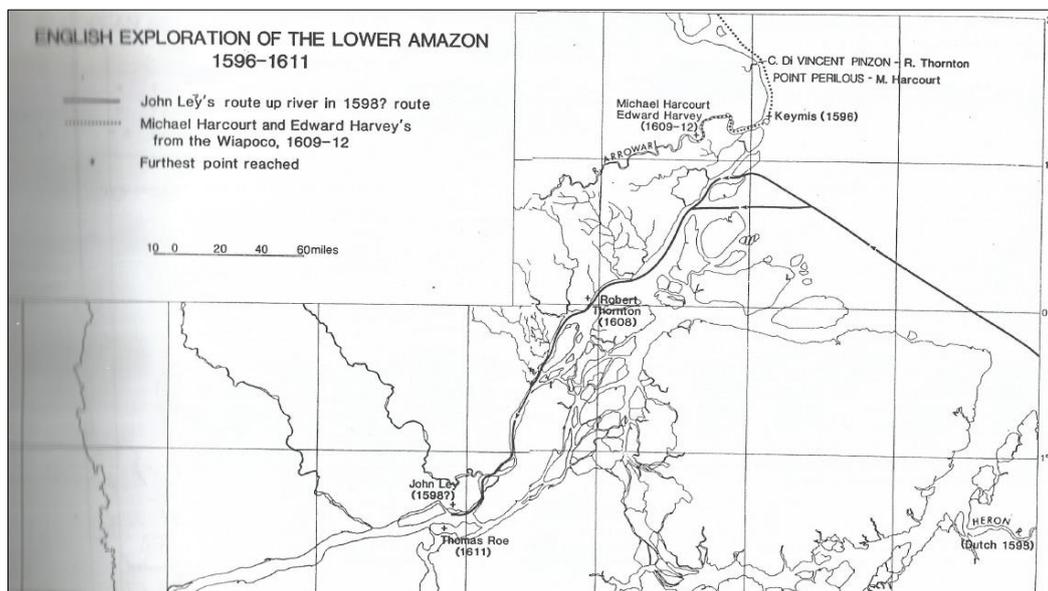
A história da Amazônia segundo Reis (1948), tem início com intensas e prolongadas batalhas fluviais e terrestres, que resultaram na conquista de uma vastíssima região sob domínio colonial português, geralmente, esquecidas nas páginas das crônicas nacionais. A Amazônia já esteve sob o domínio de espanhóis, ingleses, franceses e portugueses antes de tornar-se

reconhecidamente território brasileiro, que de forma definitiva considerando sua atual configuração territorial só ocorreu no início do século XX, depois de muitos conflitos e negociações.

Nesse subitem será tratada a ação de estrangeiros e a localização de suas fortificações na porção mais setentrional das terras coloniais brasileiras, seguido de suas expulsões pelos portugueses. Para tanto, ressalta-se a importância do mapa 2 no qual estão espacializadas as principais fortificações estrangeiras da primeira metade do século XVII no Baixo Amazonas, Vale do Rio Xingu e nas Terras do Cabo Norte.

As terras onde estavam localizadas essas fortificações, segundo o Tratado de Tordesilhas pertenciam ao domínio espanhol, mas foram explorada inicialmente por holandeses, ingleses em parcerias com irlandeses e franceses. Pode-se afirmar que desde sua gênese colonial, a Amazônia atraía a cobiça de estrangeiros, que viam uma região desprotegida e relegada a segundo planos por espanhóis e portugueses e, também, uma oportunidade de enriquecimento rápido e de lucros vultosos.

As expedições estrangeiras que partiam da Europa tinham em seu percurso o objetivo de atingir o litoral das Guianas, penetrando depois pela foz e baixo rio Amazonas.



Mapa 01- English exploration of the lower amazon 1596 – 1611  
Fonte: LORIMER, 1989.

Nesse mapa é destacado o rota feita pelo inglês Jonh Ley no baixo Amazonas. O seu percurso se origina vindo do nordeste brasileiro, margeando a costa amazônica paraense contornando a Ilha do Marajó pelo Oceano e se aproximando da costa amapaense pelo

Arquipélago do Bailique, segue a montante pelo canal norte do rio Amazonas chegando por volta de 1598? Nas proximidades de onde hoje se encontra a cidade de Almeirim no Pará.

Seguindo a mesma rota feita por Jonh Ley, o explorador inglês Robert Thornton aportou em terras na latitude do Equador, onde atualmente localiza-se a capital do estado do Amapá, a cidade de Macapá e Thomas Roe chega em 1611 em ilha no baixo Amazonas na foz do rio Xingú. Outra presença inglesa assinalada nesse mapa diz respeito a Michael Harcourt e Edward Harvey que a partir do Oiapoque e margeando a costa Amapaense adentram pelo baixo rio Araguari no ano de 1609-12;

Destaca-se também nesse mapa a presença de holandeses no rio Guamá em 1599 em região que em 1916 os portugueses fundaram a cidade de Belém. Destaca-se assim que pelo menos duas décadas antes dos portugueses marcarem presença na foz do Amazonas com a fundação de Belém, ingleses, irlandeses e holandeses já exploravam as terras denominadas na atualidade como amazônicas.

Os empreendimentos comerciais de holandeses e ingleses na Amazônia funcionavam inicialmente por meio da instalação de feitorias e pequenos estabelecimentos militares na região do Baixo Amazonas e do Golfão Marajoara. As primeiras incursões eram empreendidas individualmente por comerciantes aventureiros motivados pelas possibilidades de lucro rápido e elevado, depois passavam a receber ajuda de companhias de exploração comercial com aval de suas respectivas coroas.

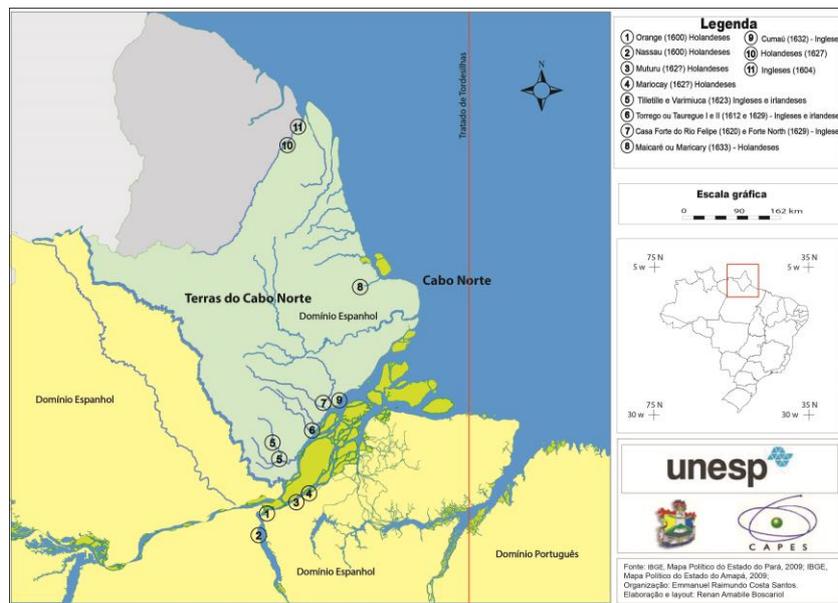
Duas companhias organizadas em Flessingen (Holanda) e em Londres financiavam empreendimentos comerciais estabelecidos na Amazônia naquele período. O comércio que se estabeleceu compreendia a produção extraída da floresta, principalmente o urucum e madeiras, e o pescado salgado. Eles também chegaram a iniciar plantios de cana, algodão e tabaco e, os próprios governos passaram a estimular abertamente essas empresas (REIS, 1993).

Entre o final do século XVI e meados do século XVII, era comum a presença de várias nações estrangeiras navegando e estabelecendo benfeitorias acompanhadas de pequenas fortificações ao longo do vale do rio Amazonas e em sua vasta desembocadura. Nesse período, várias iniciativas de colonização, produção e comercialização de produtos tropicais, como o tabaco, foram idealizadas e colocadas em práticas por ingleses, holandeses e irlandeses, que em muitas vezes se articulavam para ocupar essa porção da Amazônia.

Dessa maneira, bretões e batavos precederam os lusitanos na colonização das terras do que viria a ser o Grão-Pará, pois desde a última década do século XVI, ingleses, franceses e

flamengos iniciaram o processo de reconhecimento do litoral, desde as Guianas até a “Boca” do Amazonas, comercializando com os índios e procurando fixar feitorias e pequenos núcleos coloniais.

O bom trato com os indígenas proporcionava aos holandeses não só resistência eficaz contra qualquer surpresa, como também mão - de - obra para trabalho em suas lavouras. A pulverização das posições estrangeiras na região Amazônica não se caracterizava por maiores objetivos militares, contudo, estes construía fortificações por não desprezarem tais preocupações. Essas fortificações deveriam ser simples e provisória, levantadas de acordo com os limitados recursos dos colonizadores (REIS, 1993).



Mapa 02 – Fortificações Estrangeiras em Terras Espanholas

Os holandeses atingiram o vale do Rio Amazonas entre os anos de 1599 e 1600, alcançando o Rio Xingu, onde teriam construído pequenas benfeitorias e os fortes de Orange e Nassau. O Forte Nassau localizava-se na margem esquerda do Rio Xingu em seu baixo curso, aproximadamente, na frente da vila atual de Veiros. Ele era o mais a montante dos dois fortes holandeses no Xingu, pois o Forte Orange estava localizado a cerca de sete léguas abaixo do primeiro praticamente em sua foz. Entre os dois fortes, os holandeses empregaram todos os seus esforços no cultivo dos campos e no comércio com os indígenas.

No rio Amazonas os holandeses possuíam naquele período mais três fortes, dois deles localizados em sua margem direita: os fortes de Muturu e Mariocai. Em relação ao Forte Mariocai, depois de destruído pelos portugueses, serviu de base locacional em 1623 para a construção de outra fortificação, desta vez dos portugueses, denominado de Forte de Santo Antônio de Gurupá, que permaneceu definitivamente ocupado e tornou-se, mais tarde, no centro das operações contra os estrangeiros e do qual se originou a vila de Gurupá/PA.

O terceiro forte holandês no rio Amazonas estava localizado em sua margem esquerda, próximo à confluência do rio Parú. Lá existia cerca de 40 colonos que iniciaram cultura de tabaco e urucum. Essa fortificação foi erguida depois dos portugueses tomarem suas posições no rio Xingu (Fortes Orange e Nassau) e teve como apoio os recursos provenientes da Companhia das Índias Ocidentais, fundada em 1621 por comerciantes batavos com objetivo de exercer o monopólio comercial holandês nas Américas e na África Ocidental. Essa companhia era um misto de sociedade mercantil militarizada e empresa colonizadora. Tinha como objetivo garantir o mercado fornecedor de açúcar e, quando possível, criar colônias nas regiões produtoras.

Para Reis (1993), nenhuma dessas feitorias contou com mais de uma centena de moradores europeus, mas por meio delas foi iniciada uma exploração sistemática de madeiras, gomas, óleos nativos e plantações de cana, de tabaco e de algodão.

Destaca-se a presença de holandeses no vale do rio Oiapoque em sua margem esquerda no ano de 1627, que com o apoio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais visavam estabelecer uma fortificação nesse local. Os holandeses também mantinham, nas Terras do Cabo Norte em 1633, um posto fortificado situado próximo da costa marítima, nos arredores da embocadura do Maiacaré ou Maricary<sup>2</sup>. Após 1647, os holandeses deixaram de negociar, como faziam anteriormente com os indígenas que povoavam as ilhas da desembocadura do Amazonas, mas continuaram a enviar anualmente ao Maiacaré navios para a pesca do peixe-boi.

Em relação aos ingleses, num primeiro momento ficaram restritos a explorar o vale do rio Oiapoque, onde foi construída na região uma pequena colônia liderada por Charles Leigh, abandonada em 1606 e restabelecida em 1609 por Roberto Harcourt, o qual obteve do Rei Inglês Jaime I o domínio dos territórios compreendidos entre o Amazonas e o Ezequibo. Tal

---

<sup>2</sup> Sobre o rio Maiacaré, trata-se do antigo afluente da margem esquerda do Araguari. Esse rio, também foi denominado de Batabuto, procedente do grande lago Onçapoinne ou Lago d'el-Rei, conhecido hoje pelo nome de Lago Novo no município de Tartarugalzinho/AP. O Maiacari do século XVII era considerado como continuação do Amanáí (Mannaye), hoje rio Tartarugal. No século XVIII, esse afluente do Araguari tornou-se uma simples angra, rapidamente obstruída (RIO BRANCO, 2008).

empreendimento não teve êxito sendo a pequena colônia do Oiapoque abandonada por seus colonos ingleses em 1612 (RIO BRANCO, 2008).

As fortificações inglesas estavam concentradas na margem esquerda do canal norte do rio Amazonas, geralmente nas confluências de rios que deságuam nesse. O Forte do Torrego ou Taurege I e II, erguido o primeiro em 1612 e o segundo em 1629, tinham sua posição na confluência do Rio Maracapuru (rio Maracá), denominado pelos ingleses e holandeses, na época, de rio Tauregue. Já nas proximidades das desembocaduras dos rios Matapi e do Anauerapucu (Vila Nova), foram construídos a Casa Forte do Rio Felipe (1620) e o Forte North (1629).

No ano de 1623, os ingleses associados com os irlandeses, passaram a erguer feitorias para a produção de tabaco nas margens do Rio Cajari, denominadas de: Tilletille e Uarimiuaca, a primeira localizada a seis léguas a montante da confluência desse rio com o Rio Felipe (Canal Norte do Amazonas) e a segunda, cinco léguas mais distante. Em referências atuais estariam na porção sul do Amapá na área da Reserva Extrativa do rio Cajari (RESEX do Cajari).

Por último, tem-se a construção do Forte de Cumaú (1632), localizado a duas léguas ao sul da atual Fortaleza de São José de Macapá, um forte mais sólido do que os precedentes. Esse forte, talvez tenha representado um último esforço dos ingleses em manter suas bases de acesso às drogas do sertão nas terras do Cabo Norte e no vale do rio Amazonas, antes dos portugueses expulsá-los em definitivo da região.

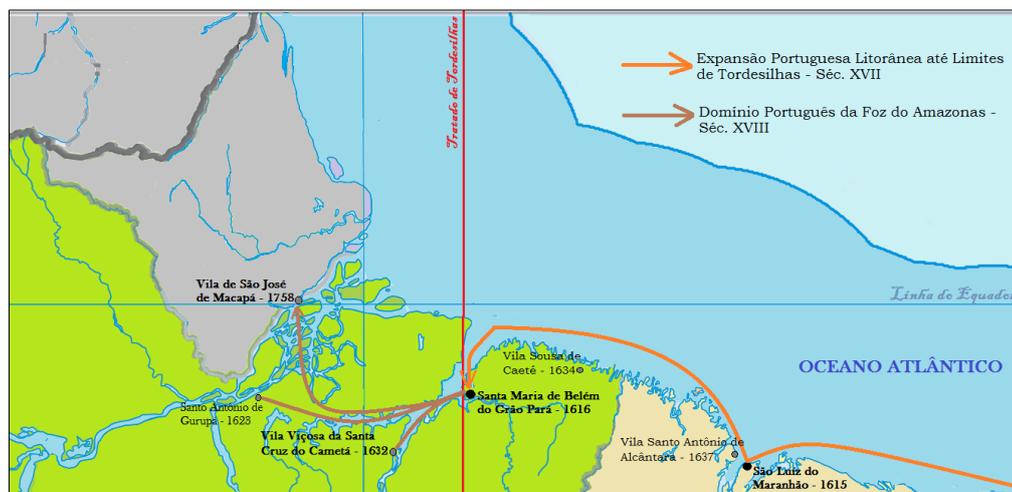
Percebe-se, pela cronologia da construção das fortificações e por suas localizações geográficas, o movimento de penetração dos ingleses em direção ao vale amazônico, passando, inicialmente, pelo vale do rio Oiapoque e depois avançando sobre as terras do Cabo Norte e fixando seus principais fortes na margem esquerda do canal norte do Amazonas, resguardando as feitorias e plantações de tabaco mais interiorizadas no vale do rio Cajari (MAPA 02).

Quanto aos franceses, em fins do século XVI e início do XVII tinham o controle da colônia do Maranhão a partir do Forte de Saint Louis - 1612 (atual cidade de São Luis). Seu território de ação configurava, em relação aos dias de hoje no: litoral amazônico, Costa Atlântica do Amapá e da Guiana Francesa até a cidade de Caiena; o que na época passou a ser denominada França Equinocial.

### 3 PARA ALÉM DE TORDESILHAS

#### 3.1 Estratégias da Coroa Portuguesa na porção setentrional do Brasil Colônia

Segundo Machado (1997), o período de expulsão dos estrangeiros (Holandeses, Ingleses, Franceses e Irlandeses) do Vale Amazônico na segunda década do século XVII, correspondeu à primeira forma de controle sobre o território amazônico feito inicialmente pelos portugueses, ação que fez parte de um projeto tardio dos portugueses de colonização do Brasil depois de terem perdido seu monopólio de comércio para as Índias.



Mapa 03 – Expansão Portuguesa para além de Tordesilhas

No limite mais setentrional da colônia, o que corresponde na atualidade parte da Amazônia Oriental, esse projeto português passa a tomar forma concreta somente em 1616, através dos seguintes objetivos que previam a defesa das incursões de nações estrangeiras na Foz do Amazonas: a fundação da cidade de Belém (1616) e a criação de uma unidade administrativa, o Estado do Maranhão e do Grão-Pará (1621/1622), diretamente vinculado à metrópole portuguesa e separado do estado do Brasil.

Depois da expulsão dos franceses de São Luís em 1615, os portugueses continuaram em sentido oeste pelo Oceano Atlântico até adentrar pelo setor sul do Golfão Marajoara e encontrar um sítio adequado para a construção da primeira fortificação portuguesa na desembocadura do Amazonas, o que ocorreu na confluência das margens da Baía do Guajará e da Foz do Rio Guamá, local onde desembarcam em 12 de janeiro de 1616 para construir o Forte do Presépio, que posteriormente acabou originando a cidade de Belém do Pará.

Essa fortificação passou a ser o ponto mais extremo do limite demarcado pelo Tratado de Tordesilhas, indicando o ponto mais avançado dos domínios portugueses. Belém do Pará

transformar-se-á num ponto estratégico para posteriores expedições para expulsão de estrangeiros da região e para entradas no interior do rio Amazonas que objetivava, sobretudo, a coleta de drogas do sertão e a captura de nativos para servirem como mão de obra para os portugueses nas terras ocupadas (GADELHA, 2002).

Quadro 1 – Trajetória do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

ANO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
1615	Fundação da Cidade de São Luís do Maranhão pelos Portugueses;
1616	Fundação da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará;
1621	Criação do Estado do Maranhão, separando-o do Estado do Brasil; Criado por determinação do Rei Felipe II de Portugal em junho de 1621. O novo Estado se estendia do Rio Oiapoque ao Cabo de São Roque;
1621-1652	Estado do Maranhão com sede em São Luís;
1623	Fundação do Povoado e fortificação de Santo Antônio de Gurupá, transformado em condição de vila em 1639;
1632	Fundação da Vila Viçosa da Santa Cruz de Cameté e Capitânia;
1634	Fundação da Vila Sousa de Caeté (Bragança);
1636	Fundação do Povoado e fortificação de Santo Antônio de Macapá;
1637	Fundação da Vila Santo Antônio de Alcântara;
1637	Criação da Capitania do Cabo Norte, também subordinada ao Estado do Maranhão, existiu transitariamente e extinguiu-se de fato após a morte de seu donatário em 1642, e seu território passou a ser incorporado a Capitania do Grão-Pará;
1642	Criação do Conselho Ultramarino
1649	Criação da Companhia do Comércio
1652	O Estado do Maranhão foi reunido novamente ao Brasil;
1654	Volta a se separar e passou a receber o nome de Estado do Maranhão e do Grão-Pará;
1751 – 1772	Tornou-se Estado do Grão-Pará e Maranhão. Sua sede foi transferida para Belém, mas mantendo a autonomia de São Luís, que também se ligava diretamente com Lisboa;
1755	Criação da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão;
1758	Criação da Vila de São José de Macapá;
1772	O Estado do Grão-Pará passou a ser denominado de Grão-Pará e Rio Negro, separado do Estado do Maranhão e Piauí;
1774	Foram formalmente integrados ao Estado do Brasil, no entanto, a real integração política da Amazônia com o resto do Brasil só se deu com a instalação da Corte de Dom João VI no Rio de Janeiro em 1808, quando então as duas capitais Belém e Manaus se lhe subordinaram.

Organização: Emmanuel Santos

Com exceção da criação do Conselho Ultramarino (1642) e da Companhia de Comércio (1649), que possui uma escala mais abrangente entre a Metrópole Portuguesa com suas colônias, os outros eventos do quadro acima abarcam dinâmicas sociais, políticas e econômicas próprias ao Estado do Maranhão e Grão Pará. O Conselho Ultramarino substituiu a antiga Casa da Índia e o Conselho das Índias (espanhol). Desenvolve uma política econômica e tributária centralizadora herdada dos espanhóis dos tempos de União Ibérica e teve como ação de sustentar os amplos

privilégios de exclusividade mercantil entre a Metrópole e a Colônia a criação da Companhia de Comércio.

Destaca-se ainda a criação de duas capitanias hereditárias a de Cameté, concedida a Feliciano Coelho de Carvalho, limitada a Oeste pelo Xingu na margem direita, e a do cabo do Norte na margem esquerda do Amazonas, concedida a Bento Maciel Parente, limitada a Oeste pelo Pará, sendo ambas sujeitas à coroa portuguesa em terras indiscutivelmente espanhola segundo o Tratado de Tordesilhas.

Além do propósito de defesa em relação às incursões estrangeiras, de ordenar a administração de um território em constante expansão, a criação desse Estado visa resolver a imposição da natureza em relação a navegação costeira entre essa porção setentrional da colônia com o governo Geral de Salvador no nordeste, em virtude da dificuldade de navegação do norte para o nordeste brasileiro em virtude dos fortes ventos e da força da corrente marinha contrária que se desloca do cabo da Boa Esperança para o sentido da faixa equatorial.

Entre as capitanias do Pará e o Maranhão o transporte se apresentava um pouco mais favorável se ao invés de navegar por fora, ou seja, pelo oceano fosse feito por navegação interna através de canoas, um caminho intermodal terrestre e fluvial saindo de Belém, subindo o Rio Guamá e passando por Ourém, depois seguindo por terra até a Bragança (Vila de Sousa de Caeté) e de canoa novamente saindo na costa junto a baía de Turi-açu para finalmente pelas inúmeras baías ou reentrâncias da costa maranhense chegar até São Luís.

Essas foram estratégias portuguesas para a ocupação do Vale Amazônico durante o período colonial, que em longo prazo rompiam com o Tratado de Tordesilhas. Com o seu declínio comercial Portugal passou a atribuir uma importância crescente à acumulação de terras como patrimônio e garantia diante de suas relações diplomáticas com outras potências europeias (MACHADO, 1997).

De acordo com Tordesilhas, os domínios de Portugal na extremidade norte da América do Sul reduziam-se a uma estreita faixa de terra no estuário do rio Amazonas, que na regionalização estabelecida por Ab'Saber (2010), corresponderia ao setor sul do Golfão Marajoara a partir da confluência da foz do rio Tocantins com o Rio Pará, nas proximidades da cidade de Belém. No entanto, em virtude da união das Coroas Ibéricas, os portugueses passam a ser os responsáveis pela expulsão dos estrangeiros em terras da Espanha na América do Sul, devido ao seu posicionamento geográfico e pelos resultados positivos de campanhas militares, como por exemplo, na expulsão dos franceses do Maranhão em 1615.

Essa vitória pode ser considerada marco da reconquista do litoral norte do Brasil e, no sentido leste-oeste, assinala o início da conquista e ocupação da hiterlândia amazônica (GADELHA, 2002). Os portugueses, ao ultrapassarem os limites de Tordesilhas na missão de expulsar os estrangeiros dos domínios espanhóis, passariam a controlar antes do final do século XVII, toda a imensa faixa litorânea que se estendia das terras Cabo Norte, atual Amapá, até o Maranhão, o que abrange, também, todo o Litoral do Pará e a grande desembocadura do rio Amazonas; extensão que configuraria segundo Ab'Saber (2002), o Litoral Amazônico com aproximadamente 1.850 Km.

### 3.2 Terras do Cabo Norte

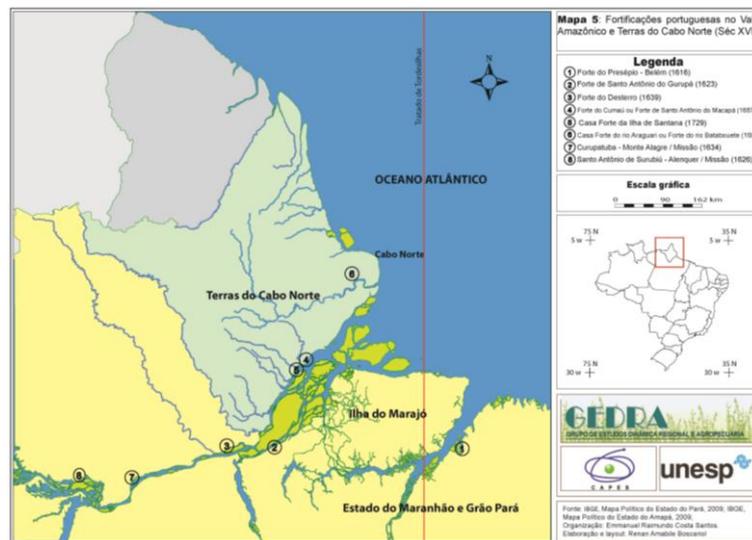
Um primeiro esboço de uma ocupação mais efetiva na região de onde os estrangeiros foram expulsos ocorre com a criação da Capitania do Cabo Norte, em 27 de junho de 1637. Seu donatário foi o Capitão Mor da capitania do Grão-Pará Bento Maciel Parente. Tal iniciativa de ocupação acontece em virtude dos interesses da Coroa atrelados aos interesses particulares do donatário. Abaixo, segue um trecho que retrata essa doação feita pelo Rei Filipe IV, o seu caráter hereditário e a delimitação geográfica dessa capitania.

Entre as medidas tomadas por Bento Maciel Parente para garantir o controle de sua capitania estavam a consolidação do forte e ocupação de Gurupá, a fundação, em 1638, do Forte de Nossa Senhora do Desterro, na foz do rio Parú, nas proximidades de Almeirim, e o deslocamento do Forte de Cumaú da Ilha de Santana para a margem do Amazonas mais ao norte, o que teria originado Macapá.

A construção do Forte de Santo Antônio de Gurupá em 1623, sobre as ruínas do extinto Forte Mariocay dos holandeses, serviu de origem à cidade de mesmo nome e devido à sua posição geográfica, passou a servir de base militar avançada da cidade de Belém para evitar novas tentativas de instalações de empreendimentos comerciais estrangeiros no vale Amazônico, os quais usavam como principal acesso ao vale o Canal Norte do Amazonas. No mapa a seguir (MAPA 04) fazem-se referências às principais fortificações erguidas no vale Amazônico no período de consolidação desse território pelos portugueses, conforme periodização proposta por Castro (1999).

As fortificações construídas pelos portugueses à medida que expulsavam os estrangeiros do Vale Amazônico, tinham como função não só servir como suporte à sua resistência armada

contra os invasores, mas também fiscalizar as rentáveis atividades extrativistas dos colonizadores ibéricos, em especial, pelas congregações missionárias.



Mapa 04 – Fortificações Portuguesas no Grão Pará

Nos combates militares entre portugueses e estrangeiros para o controle do território do Vale Amazônico, destaca-se a importância dos indígenas como aliados estratégicos, tanto do lado dos estrangeiros como dos portugueses, pois esses comercializavam alimentos e possuíam o conhecimento sobre os recursos naturais retirados da floresta e dos rios, além de servirem como guerreiros durante os confrontos.

A partir do uso de violências e represálias, os portugueses, impunham o terror junto a tribos indígenas que evitavam ajudar os estrangeiros e, também, delatavam a presença deles em territórios portugueses. Dessa forma, os portugueses estabeleciam uma forma de cerco, onde os inimigos não podiam comercializar e receber auxílio dos índios, o que em certas ocasiões gerou a morte por fome de estrangeiros. A falta de índios amigos fornecedores das drogas do sertão e alimentos e a construção do Forte de Gurupá, localizado em posição estratégica em conjunto com o Forte do Presépio em Belém, desestimularam novos empreendimentos comerciais de estrangeiros na Amazônia (CASTRO, 1999).

A construção de pequenos fortes localizados na embocadura do rio Amazonas e de seus principais tributários, padrão inicial de ocupação adotada pelos portugueses semelhante às nações estrangeiras, não seria suficiente para assegurar a ocupação do vale em longo prazo.

Assim, os portugueses optaram pela pacificação das tribos indígenas, cuja sujeição à Coroa tinha que ser garantida, o que ocorreria por meio da introdução de missões religiosas católicas na região, forma tradicional de controle social utilizada pelos monarcas ibéricos (MACHADO, 1997).

A divisão do vale do Amazonas entre várias ordens religiosas assegurou aos portugueses o controle da mão de obra indígena e do território. Os religiosos empreenderam uma exploração da floresta economicamente bem sucedida, complementada por culturas comerciais e de subsistência ao longo do vale do rio Amazonas, o que representou um ciclo de exploração, de extermínio e de pacificação das nações indígenas e, conseqüentemente, do aumento do poder dos missionários (MACHADO, 1997).

A região do Cabo Norte se apresentou bem hostil na missão dos religiosos de catequizar índios e, através de alianças, de incorporar territórios ao domínio português. Em 1680, o Padre Antônio Vieira nomeia uma primeira missão ao Cabo Norte, chefiada pelos padres Pier Luigi e Aloísio Pfeill. Entre as ordens enviadas pelo Rei de Portugal estava de os índios não entrarem em contatos com os padres franceses, os quais tinham o mesmo intuito de dominação territorial.

A região do cabo Norte era constantemente campo de lutas entre portugueses, estrangeiros e silvícolas que não tinham uma bandeira definida, além da presença dos índios antropófagos Oivánecas, o que fez com que os jesuítas que estiveram nessa área abandonassem sua ação missionária. Em Carta Régia, de 19 de março de 1693, foi determinada a divisão do Vale Amazônico em áreas de atuação de diferentes ordens religiosas, cabendo aos Capuchos de Santo Antônio as terras do Cabo Norte até o rio Parú, que pouco puderam fazer, já que a região era contestada entre portugueses e franceses (MAUÉS, 1968).

#### 4 FECHO DO IMPÉRIO NA FOZ DAS AMAZONAS

Diante da nova situação geopolítica de potência secundária a partir do tratado de Methuen de 1703, Portugal foi obrigado a abrir seu mercado aos produtos ingleses, tornando-se extremamente dependente da Inglaterra. Tal situação refletiria na queda dos preços dos produtos portugueses no mercado externo a partir da década de quarenta do século XVIII. Essa crise econômica exigiu uma reposta do trono português em reorganizar a estrutura do poder no interior do Estado absolutista lusitano, o que culminou em consideráveis reformas políticas e econômicas. Entre elas esteve a perda do poder político das congregações religiosas e da

autossuficiência das estruturas missionárias, as quais foram acusadas de estabelecer dentro da colônia uma “república autóctone”. Tiveram início, assim, as bases para a desestruturação desse sistema de produção e de abastecimento (RAVENA, 2005).

Diante da descoberta de ouro no Brasil houve uma nova esperança de ascensão de Portugal. Assim, durante o Governo de Pombal<sup>3</sup> empreendeu-se um ambicioso projeto de reforma interna e externa, o qual pretendia reforçar os laços comerciais entre colônia e metrópole, estimulando a agricultura comercial e exercendo maior controle sobre as atividades econômicas, transformando, ao mesmo tempo, a força de trabalho (MACHADO, 1997).

Esse período de grandes transformações políticas e econômicas de Portugal ficou conhecido na história como a Era Pombalina (1750 – 1777). A defesa territorial aliada à exploração econômica deu a tônica das políticas absolutistas em domínios lusitanos na Amazônia. Pombal, por meio de uma modalidade de instituição mercantilista, introduziu no Estado do Grão Pará mudanças estruturais de grande significado, cujos pontos centrais foram: a política relativa à mão de obra indígena, a criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão (1755), e a redistribuição da propriedade confiscada dos jesuítas, com o intuito de captar recursos por meio de vendas em hastas públicas ou mesmo de doação aos moradores para favorecer e impulsionar núcleos de povoamento e desenvolvimento agrícola (RAVENA, 1995).

De certa forma, a mineração deslocou o centro gravitacional do litoral para o interior, sendo que o fluxo de pessoas para o interior levou a uma mudança na estratégia governamental, no sentido de proteger as minas e controlar as vias de comunicação entre as minas e o vale do rio Amazonas. Daí a necessidade da implantação de uma forma mais funcional de controle do território, que compreendeu:

- a – A construção de um número reduzido de grandes fortes localizados em posições estratégicas ao longo das fronteiras provisórias da colônia, que na desembocadura do rio Amazonas correspondeu aos fortes de Belém, de Gurupá e a Fortaleza de Macapá (Mapa 5);
- b – A promoção de cada um dos pequenos grupos de cabanas, que formavam uma missão, ao estatuto oficial de vila ou pequena cidade governada por um magistrado designado pelo governo colonial;
- c – A fundação de algumas pequenas cidades para abrigar novos colonos, como por exemplo, a vila de Macapá e de Nova Mazagão no Cabo Norte;

---

<sup>3</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e primeiro Marquês de Pombal, nasceu em Lisboa (1699) e faleceu na Quinta de Pombal, em 1782 (MENDONÇA, 2005).

d – A libertação dos índios convertidos em cidadãos portugueses.

Todas essas medidas atribuíram um novo significado às formas espaciais existentes. O valor dessas mudanças possuía um valor mais simbólico do que militar. As formas espaciais (cidades, vilas, novas construções, fortes), refuncionalizadas ou criadas, eram complementadas por uma população civil, o que imprimia nas mentes dos índios, colonos e vizinhos rivais, uma presença portuguesa, e representaria, segundo o próprio governo, a melhor defesa em longo prazo. Entretanto, durante todo esse período se manteve intacta a decisão de proibir que estrangeiros e suas embarcações tivessem acesso à bacia do rio Amazonas sem a prévia autorização de Lisboa (MACHADO, 1997).

Na metade do século XVIII, as terras do Cabo Norte, passaram a ser alvo de políticas de ocupação e defesa territorial mais efetiva. As primeiras delas partiram da reorientação econômica de Portugal em relação à colônia do Grão Pará, o que se verificou através da criação de mecanismos de extração de excedentes demandadas na época pelo capital comercial e no reforço da vigilância da circulação na foz do rio Amazonas com a construção de novas fortalezas (RAVENA, 2005.).

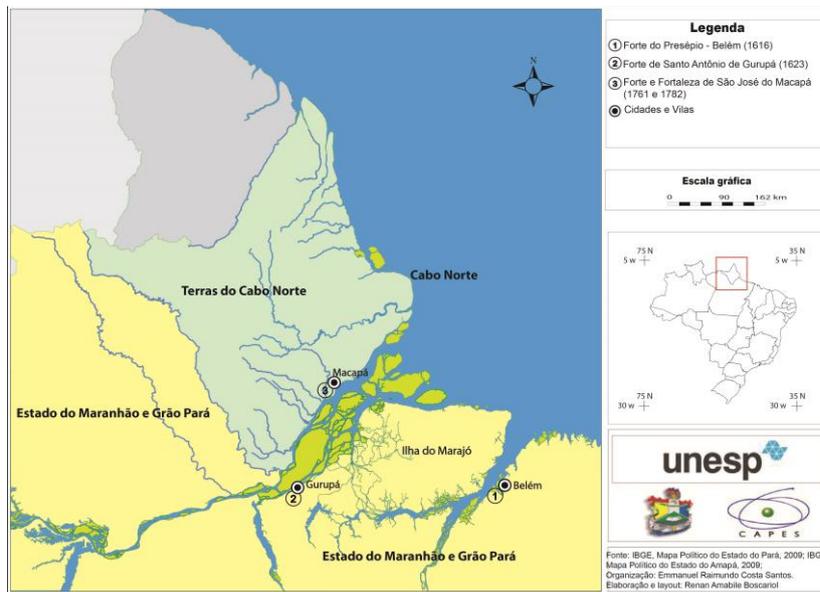
Nesse novo sistema de ação proposto através da política pombalina, as fortificações deveriam ser acompanhadas de povoações, as quais deveriam ocupar a região permanentemente, diferente do que ocorria com as fortificações do período anterior já descrito. Segundo Castro (1999), esse era o passo lógico, que se adequava em função do Tratado de Madri (1750).

Na margem esquerda da foz do rio Amazonas, a cidade de Macapá, assim como outras cidades ribeirinhas da Amazônia, representou a lógica do urbano colonial barroco amazônico de penetração e de defesa, que marcou a presença local do além-mar das metrópoles do colonizador, o urbano da soberania dos Estados absolutistas (VICENTINI, 2004), ou seja, corresponde ao ideal de penetração no território amazônico vinculado à sua necessidade de ocupação e defesa, o que traduziu sócio espacialmente na gênese das cidades à beira dos principais rios que dão acesso à região (TRINDADE JUNIOR, 2002).



Imagem 01 – Fortaleza de São José de Macapá  
Autor: Emmanuel Santos, Mai./2010. (Arquivo Pessoal)

É a partir desse contexto político que os portugueses do Grão Pará deram início a construção do Forte de São José de Macapá em 1761, localizado no atual sítio urbano da cidade de Macapá. Posteriormente, baseado no valor simbólico das formas foi erguida a monumental Fortaleza de São José de Macapá, considerada a maior fortificação colonial portuguesa na América (CASTRO, 1999).



Mapa 05 – Fecho do Império

A Fortaleza de São José de Macapá marca o fecho do império dos portugueses no controle da circulação e posse em definitivo sobre o vale Amazônico (CASTRO, 1999). Assim, no fim do século XVIII, três fortificações estratégicas passam a resguardar a desembocadura do Amazonas frente a possíveis investidas estrangeiras: o Forte do Presépio, guardando a entrada meridional do vale a partir da cidade de Belém, o Forte de Santo Antônio de Gurupá postado na margem do canal sul e a Fortaleza de Macapá a entrada do canal norte do rio Amazonas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma temática tão ampla e complexa como o processo de formação territorial brasileira esgotar uma pesquisa seria quase impossível, porém diante da necessidade de encerrar esse artigo, devem ser traçadas algumas considerações com base no que foi produzido.

Seguindo uma orientação inicialmente de periodização em séculos, podemos afirmar que durante todo o XVI não houve nenhuma ação efetiva da Coroa Portuguesa em relação a exploração da porção litorânea norte de sua colônia na América. A partir da União Ibérica (1580 – 1640) se intensifica o questionamento de outras nações europeias sobre a validade do Tratado de Tordesilhas. Franceses, ingleses, irlandeses e holandeses passam a não reconhecer a divisão do Mundo entre Portugal e Espanha e estabelecem rotas, feitorias e fundam até uma cidade na costa norte, e várias feitorias no baixo curso e na Foz do rio Amazonas e rios afluentes, situação

que provocou um primeiro esforço das duas Coroas para manter essas terras sob seus domínios, pois as incursões exploratórias desses estrangeiros atingiam espaços tanto a leste quanto a oeste de Tordesilhas.

Dessa maneira sob a ordem do Rei da Espanha os portugueses rumam para o norte para expulsar os franceses da Ilha de São Luís (1615) e fundar a cidade de Belém (1616) nos limites de Tordesilhas. Esses eventos, sem dúvida, marcam a instalação dos portugueses na porção setentrional da colônia e, posteriormente, sua manutenção no território seguido da expulsão dos estrangeiros da fronteira norte ao longo do século XVII. Entre as ações da Coroa Portuguesa para efetiva ocupação e colonização da região norte destaca-se a criação do Estado do Maranhão e Grão Pará, das cidades Belém e São Luís, fundação de três vilas e duas capitanias.

Em termos econômicos é importante salientar que o mercantilismo português começa a enfraquecer desde meados do século XVII em virtude, sobretudo, da concorrência e aumento da oferta de produtos coloniais, perda de monopólios de rotas comerciais, balança comercial desfavorável junto a Inglaterra. A crise da economia metropolitana se acirra e novos projetos produtivos são propostos e desenvolvidos para a colônia, em particular em suas áreas de fronteiras a fim de transforma-las de jurídica a efetivamente ocupadas e produtivas sob o comando de monopólios de empresas como a Companhia do Comércio do Grão Pará.

O período do Diretório Pombalino (1757 – 1798) estimulou através de muitas ações o desenvolvimento de atividades produtivas na Colônia. No norte muitas lavouras foram estimuladas como o anil, o café, o algodão, o arroz branco, o cravo, que mesmo com a introdução de algumas técnicas e inovações não alcançaram resultados duráveis, com exceção da cacauicultura na região de Cametá e Santarém no Grão Pará.

Pretende-se ter colaborado um pouco mais, através de uma abordagem geográfica, a compreensão da formação territorial do Brasil Colonial em sua porção litorânea setentrional, espaço muitas vezes relegado a segundo plano pela política oficial ou mesmo por pesquisadores, por elas não representarem os centros econômicos mais importantes do período colonial: o do açúcar e da mineração. Assim, compreender a dinâmica territorial que possibilitou a manutenção, expansão e ocupação litorânea, do controle da foz de rios e da fronteira norte é compreender a configuração do Brasil em sua gênese territorial, seu povoamento e suas regionalidades.

## 6 REFERÊNCIAS



AB”SABER, Aziz Nacib. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Revista Eletrônica de Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 16, n. 45. p. 07- 30, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em: 20 nov. de 2010.

BECKER, Bertha K. Brasil – Tordesilhas, ano 2000. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, nº7, p.7-23, jul./dez., 1999.

BENTES, Dorinethe dos Santos. **As primeiras imagens da Amazônia**. Manaus-AM: Centro Cultural dos Povos da Amazônia/CCPA, 2006.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p.129-193.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira norte do Brasil. **Revista Eletrônica de Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 16, n. 45. p. 63-80, 2002. Disponível em: < <http://www.sicelo.br> > Acesso em: 15 nov. de 2010.

LORIMER, Joyce. **English and Irish settlement on the River Amazon (1550-1646)**. London; The Hakluyt Society, 1989.

MACHADO, Lia Osório. O controle intermitente do território Amazônico. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano 1, vol.2, p.19-32, 1997.

MAUÉS, Raymundo Heraldo et al. **Ação das ordens e congregações religiosas na Amazônia**. Belém/PA: Imprensa Universitária do Pará, 1968.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do governador e capitão-general do estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)**. 2 ed. Brasília: Senado Federal/ Conselho Federal, 2005. Vol.I.

RAVENA, Nírvea. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**. Belém-PA, v.8, n.2, p.125-149, dez., 2005.

REIS, Arthur César Ferreira. **A política de Portugal no Valle Amazônico**. 2 ed. Belém: SECULT, 1993.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. São Paulo, Universidade de São Paulo/USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Departamento de História Econômica, 2006. Tese (Doutorado)

RIO BRANCO, José Maria da S. Paranhos, Barão do. **Questões de limites: Guiana Francesa**. Brasília – DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008. (Edições do Senado Federal; v.97)

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 1999. (Coleção Brasil 500 anos)

TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda (orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VIANNA, Arthur. As fortificações da Amazônia I: fortificações do Pará: In: **Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará**. Tomo IV, 1905.